



ATA Nº 7

27 de setembro de 2018

Local

Centro Social de À-dos-Melros

ATA Nº 7

11.
MPC
JF

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, no Centro Social de À-dos-Melros, a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

A referida sessão foi presidida pelo Sr. Pedro Filipe Faria Ferreira em substituição da Sra Presidente da Assembleia, Carlota de Pina, e secretariada pela D.^a Maria Fernanda Neves Dias Comenda, que passou a primeira secretária, e pelo Sr. João Batista Arcadinho da Bancada da CDU que tomou o lugar de segundo secretário.

Estiveram presentes os seguintes eleitos:

MESA DA ASSEMBLEIA

Pedro Filipe Faria Ferreira
Maria Fernanda Neves Dias Comenda
João Batista Arcadinho

BANCADA CDU

Vítor Manuel Guterres Torres
Maria Fátima Marte Cachado Silvestre Bernardo
João de Almeida Mendes
António Augusto Marques Sequeira

BANCADA PS

José Manuel Morais Chumbo
António Espada Pereira
Maria Manuela Constantino Garcia Barbosa dos Santos
João Pedro Pinto Baião
Joana Isabel de Araújo Freitas Simões
Luis Nuno Monteiro Carvalho
Maria Clara Rodrigues Soares Neto Negrinho

BANCADA BE

João Alexandre Pires Fernandes
Rita Margarida Oliveira Aleixo

BANCADA CM

Pedro Manuel Silva Alves
Rute Ribeiro

BANCADA CDS

Rui Manuel Valadas Marques

EXECUTIVO

Carlos Manuel Gonçalves
José Carlos Godinho Romão
Carla Alexandra Rebocho Tavares

Fernando Manuel da Encarnação Santos Caio
Joaquim José Cunha Carreira
Felizarda da Conceição Silva Santos Correia
António Carlos Fernandes da Fonseca Dias

O Sr. Pedro Ferreira iniciou os trabalhos, informando que por impossibilidade da presença da Presidente da Assembleia de Freguesia, D.^a Carlota de Pina, lhe coube a sua substituição. Após cumprimentar todos os presentes, pediu que se fizesse um minuto de silêncio em memória do falecimento da ex-autarca D.^a Maria João Ferreira.

Antes de dar início à sessão e por falta de um elemento na mesa, questionou a Bancada da CM, bem como da CDU, tendo esta última indicado o Sr. João Arcadinho, ficando a mesma constituída por Maria Fernanda Neves Dias Comenda, como primeira Secretária e João Batista Arcadinho, como segundo secretário.

O Sr. Pedro Ferreira referiu que iria a votação a ata nº 2 mas, tendo sido detetado um erro na referida ata, colocava à consideração das bancadas a votação da mesma e posterior correção. A D.^a Manuela Santos, da Bancada do PS, fez alusão ao erro detetado, sendo que o nome do Sr. Afonso Costa constava como António Costa.

Não havendo mais questões, a ata foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. O Sr. Pedro Ferreira deu início ao período antes da Ordem do Dia e solicitou às bancadas que procedessem à respetiva inscrição.

Pela Bancada da CDU, a primeira intervenção foi realizada pelo Sr. António Sequeira, que procedeu à leitura da Moção A - "É urgente a Desbaratização e a Desratização na União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho – A Câmara é responsável e tem que intervir de imediato"; intervindo de seguida o Sr. Vítor Torres, que passou a palavra à D.^a Fátima Bernardo, que leu o "Voto de Pesar - Falecimento de Maria João da Conceição Ferreira".

Pela Bancada do PS, interveio o Sr. José Chumbo com a leitura do "Voto de Congratulação - Futebol Clube de Alverca", solicitou a inscrição do Sr. Luís Carvalho, eleito da sua Bancada, para posterior intervenção e direcionou ao Executivo várias questões sobre a Freguesia, referindo que a boia direcional do vento do parque do avião, ainda estava por reparar; que o repuxo da fonte na Quinta da Vala estava degradado e, por fim, referiu a limpeza da cidade, dizendo que a mesma estava suja e que seria bom de uma vez por todas, sabermos onde começa e termina a responsabilidade, quer da Junta de Freguesia, quer da Câmara Municipal.

Seguiu-se a intervenção da Bancada do BE, pelo Sr. João Fernandes, que passou a ler a Moção B - "Pela criação de uma estratégia local de redução do uso do plástico", referindo que era necessário organizar campanhas de sensibilização junto da população, começando pelas escolas.

Pela Bancada do CDS, o Sr. Rui Valadas leu uma Declaração Política – "Exercício de Funções Públicas", deixou várias questões ao Executivo, referindo pontos de água com fuga, iluminação pública deficiente, vegetação desordenada e, por fim, solicitou esclarecimentos sobre a situação ocorrida no dia seis de setembro de dois mil e dezoito, com intervenção da Junta de Freguesia, na prestação de serviços a um particular.

De seguida interveio o Sr. Pedro Alves, pela Bancada da CM, que leu a Moção C- "Pontos de Abastecimento Veículos Elétricos" questionando de seguida o Executivo sobre a deficiente recolha de lixo; a praga de baratas, quer em áreas de domínio público, quer em habitações particulares. Referiu a Rua Manuel da Fonseca, no Bom Sucesso, tendo feito alusão às más práticas de utilização de equipamentos de limpeza, (sopradores), dizendo que os mesmos estão a gerar problemas.

11.
MPE
R

Pela Bancada do PS, interveio o Sr. Luís Carvalho, que leu uma Declaração Política “Ano letivo 2018-2019” e uma “ Proposta de Recomendação de Transmissão em Direto das Sessões da Assembleia de Freguesia”.

O Sr. Vítor Torres, da Bancada da CDU, usou da palavra para ler a Moção D - “ Por uma recolha eficaz e responsável do lixo na União de Freguesias”.

Após esta intervenção, o Sr. Pedro Ferreira, Presidente da Mesa da Assembleia, solicitou a recolha das inscrições do público e procedeu à informação dos pedidos de substituição na Bancada do PS, do Sr. Afonso Lourenço Correia da Costa e da D.^a Luciana Maria Maia Nelas, pelo Sr. António Espada Pereira e pela D.^a Maria Clara Rodrigues Soares Neto Negrinho, respetivamente, bem como na Bancada da CM, a substituição da D.^a Carlota do Nascimento de Pina, pela D.^a Rute Ribeiro.

O Sr. João Mendes da Bancada da CDU, usou da palavra, referindo a demora na realização das obras que estão a decorrer no Sobralinho, na Rua das Amendoeiras e nos Bairros do Cerrado e José Daniel, bem como os problemas que se fazem sentir naquela zona, devido à dificuldade da passagem de veículos para recolha de lixo e monos, serviços estes que não estão a funcionar com a devida regularidade. Disse ainda que a resolução deste problema passaria por solicitar à Câmara Municipal, uma viatura de menor dimensão para facilitar a recolha dos monos naquela zona e terminou dizendo que no Bairro do Cerrado e na Rua 4 de Julho era necessário pedir a substituição dos contentores de lixo que se encontravam degradados.

Não havendo mais intervenções das Bancadas, o Sr. Pedro Ferreira deu início ao período reservado à intervenção do público, dando a palavra ao Sr. António Marques Constâncio, o qual solicitou ao Executivo a colocação de um espelho na saída do Casal do Casalinho e Casal Lagoa, respetivamente, referindo que o local em questão se situa ao Km 3.9. Referiu que fizera o mesmo pedido já havia alguns anos, mas, até àquele momento, continuava à espera que aquela situação fosse resolvida.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. José Carlos Nogueira, que colocou várias questões ao Executivo sobre a Quinta do Casal; falou da marcação de estacionamento, do lancil danificado por viaturas de recolha de lixo, a demora na reposição de poste em mau estado e com riscos de queda, dizendo também que o chão junto à ilha ecológica estava sempre sujo. Sobre a Rua dos Combatentes referiu a passadeira feita em calçada, que naquele momento se encontrava tapada com alcatrão, o que lhe parecia de alguma maneira inconcebível. Terminou deixando um pedido ao Executivo, para a criação de um parque de merendas naquela zona.

Não havendo mais inscrições do público, usou da palavra o Senhor Presidente da Junta, que começou por congratular todos os presentes e agradecer a cedência do espaço para a realização da Assembleia. Dirigiu algumas palavras de agradecimento pela presença do público, usando a expressão de “ uma moldura humana considerável”.

À amiga e ex-autarca D.^a Maria João deixou algumas palavras de louvor, saudação e de eterna saudade.

Prosseguiu a sua intervenção fazendo algumas alusões a comentários sobre o facto de nas Assembleias ser sempre ele a usar da palavra, dizendo que isso revela desconhecimento legal por parte de quem os faz, o que considera lamentável, pois faz parte do Regulamento das Assembleias de Freguesia, na Mesa de Executivo da Junta de Freguesia, ter a palavra apenas o Presidente.

Referiu uma publicação do jornal “ MIRANTE “, que indicia a Junta de Freguesia de acusar os comerciantes pela acumulação de lixos. Frisou que tal citação não corresponde à realidade, pois a mesma nunca foi dita em circunstância alguma.

O Sr. José Chumbo da Bancada do PS, retorquiu dizendo que o Sr. Presidente da Junta não estava a seguir o Regimento, estando a fazer uma oratória à Assembleia, quando deveria estar a responder ao público, pelo que deixava o seu voto de protesto.

11.
mes
ff

Em resposta, o Sr. Presidente da Junta deu razão a José Chumbo, dizendo que iria passar a responder às questões colocadas pelo público. Dirigindo a palavra ao Sr. António Constâncio, disse que a colocação do espelho é da responsabilidade da empresa Infraestruturas de Portugal, mas que os serviços da Junta iriam verificar em que ponto se encontrava aquela situação, e caso fosse necessário alguma informação mais específica relativa ao local, entrariam em contacto.

Seguidamente em resposta ao Sr. Carlos Nogueira e falando na questão de marcações de estacionamento, informou que naquele momento não estavam a ser feitas em nenhum local, pois aguardava-se que os serviços Camarários procedessem às recargas de betuminoso e informassem a Junta da conclusão das mesmas. Mais informou que é da responsabilidade da Junta de Freguesia a repintura de marcações, sendo que novas marcações são da responsabilidade da Câmara Municipal, de qualquer modo, e tendo também em conta a questão da capacidade orçamental da Junta de Freguesia, tentar-se-ia sempre resolver com carácter prioritário as situações mais problemáticas. Falando sobre a questão da demora na reposição de poste da EDP, referenciou situação idêntica ocorrida na Quinta das Drogas, em que a Junta de Freguesia fez de imediato as diligências necessárias junto daqueles serviços, visto ser uma situação de risco, tendo como resposta da EDP, que o prazo de resolução poderia ir até aos 90 dias.

Relativamente aos lancis em mau estado, referenciou a situação também existente na Avenida dos Combatentes, havia já alguns anos que se encontrava por resolver, informando que são intervenções da competência da Câmara Municipal, as quais a Junta de Freguesia continuaria a insistir para a sua resolução.

Sobre as passadeiras, disse que a Junta de Freguesia já fizera trabalhos de requalificação em vários locais e esclareceu que na Av. Infante D. Pedro e na Rua Catarina Eufémia, não se conseguia eliminar as marcas no pavimento. No que concerne à sujidade no chão junto às ilhas ecológicas, disse ser mais acentuado durante o fim de semana, devido à falta de recolha de recicláveis (cartão e plástico) e um pouco devido ao modo como é feito o acondicionamento desses materiais, que acabam por causar entupimento, dando origem ao lixo que aparece pelo chão; disse já ter pedido uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, havia aproximadamente cinco meses e que até à data, continuava à espera.

Sobre a passadeira em calçada que foi tapada com alcatrão, respondeu ser a Câmara Municipal a entidade responsável, pois numa intervenção feita por aqueles serviços para tapamento de um buraco existente no local, ao colocarem o alcatrão taparam também a passadeira. Relativamente ao parque de merendas, disse poder haver alguma possibilidade em dois mil e dezanove, mas que existiam situações a analisar, como a verificação da existência de um espaço disponível e auscultação à população, no sentido de se perceber qual a sua aceitação na generalidade e se é ou não relevante.

Citou também alguns espaços que já foram intervencionados pela Junta de Freguesia, casos da Rua dos Combatentes e Estrada da Proverba e outros que já foram adjudicados para requalificação, como era o caso das Ruas da Revolução e da Independência.

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, pediu a palavra o Sr. João Fernandes do BE, que relativamente à "Proposta de Recomendação de Transmissão em Direto das Sessões da Assembleia de Freguesia", apresentada pela Bancada do PS, disse que a referida questão fazia parte do programa do BE e que já tinha sido apresentada na Assembleia de Freguesia em outubro de dois mil e dezassete, tendo ficado a Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de fazer as devidas diligências, contudo, até à presente data, nada fora feito.

11:
Rui
R

O Sr. José Chumbo da Bancada do PS, interveio confirmando tudo o que tinha sido dito pelo Sr. João Fernandes e solicitou que a referida situação ficasse registada, pois sendo uma necessidade partilhada por todos, já deveria estar resolvida.

O Sr. Rui Valadas da Bancada do CDS, iniciou a sua intervenção referindo a importância das transmissões em direto das sessões da Assembleia de Freguesia, bem como os pontos de abastecimento de veículos elétricos. Sobre a intervenção do Sr. Luís Carvalho da Bancada do PS, referiu a informatização nas escolas, e, por fim, deixou uma nota sobre o jardim do Bairro e o estacionamento abusivo em várias ruas. Não havendo mais intervenções, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para resposta às Bancadas.

Em resposta ao Sr. José Chumbo do PS, sobre a questão do lixo, disse haver responsáveis, referindo a Câmara Municipal e que a Junta de Freguesia tinha sim responsabilidade, mas apenas sobre a varrição, porque não possuía nem vazadouro nem lixeira, onde depositar os lixos.

Sobre as ilhas ecológicas, disse que não culpabilizava diretamente a população, mas que a questão do mau acondicionamento do cartão, ao não ser bem dobrado e os plásticos bem amachucados, acabavam por causar entupimento e aparecimento de lixo ao redor das ilhas, espalhados portanto pelo chão.

Relativamente ao repuxo na Quinta da Vala, referiu o roubo do motor e informou que a água estagnada já tinha sido despejada.

Respondendo ao Sr. João Fernandes da Bancada do BE, disse ter registado a redução do uso do plástico e agradeceu o contributo dado para esta questão.

Seguidamente e em resposta às questões colocadas por Rui Valadas do CDS, começou por dizer que a recolha do lixo é da competência da Câmara Municipal, cabendo à Junta de Freguesia identificar os locais e exigir que os mesmos sejam limpos. Sobre os monos esclareceu que os mesmos chegam a estar sem recolha entre quinze a vinte dias e não entendia como é que essa competência iria passar para a Junta de Freguesia, se a mesma não tem local próprio para os depositar, para além da Câmara Municipal, até ao momento, não ter efetuado qualquer pagamento relativo a esse serviço.

Em relação ao planeamento de trabalhos e à escassez de meios humanos, informou que os pedidos são analisados por prioridades; os mais urgentes (que impliquem perigo e segurança) são tratados de imediato, todos os outros são considerados menos urgentes, sendo tratados em média numa semana; respondendo ainda à questão sobre o serviço feito pela Junta de Freguesia a um particular, no dia seis de setembro, informou que os serviços de cariz social, feitos a Instituições, são gratuitos, e os efetuados a particulares, são realizados mediante o pagamento de uma taxa; apesar de ter estado ausente de férias, no período assinalado, disse ter tido conhecimento de um pedido feito por um particular para recolha de restos provenientes de limpeza de um jardim, tendo esse serviço sido pago. Referiu também que não foram cobradas taxas referentes aos serviços efetuados à AISC e à Congregação São Vicente de Fora, por os mesmos terem cariz de ordem social.

Em resposta ao Sr. Pedro Alves da Bancada da CM, sobre pontos de abastecimento de veículos elétricos, congratulou-se pela obra que a Câmara estava a realizar junto à estação da CP, com a implantação de pontos de abastecimento; sobre a limpeza, falou de vários problemas que ocorreram devido à densidade de carros estacionados, dizendo que se tentou retirar o lixo debaixo dos carros, utilizando os sopradores, a fim de os mesmos serem depois aspirados pela varredoura mecânica, mas começaram a ocorrer reclamações por parte dos moradores, que diziam ficar com os carros sujos; informou que no Bom Sucesso e no Sobralinho, o serviço com a varredoura aspiradora era feito uma vez por semana, referindo ainda que o serviço da varrição

11.
me
ff

mecânica tinha de ser intensificado, e que o problema existente era uma má prática na utilização do equipamento, que teria de se corrigida.

Em resposta ao Sr. Luís Carvalho do PS, saudou o início do Ano Letivo 2018-2019, dizendo que havia ainda muito por fazer e segundo informações que lhe chegaram de Associações de Pais, existiam problemas com equipamentos em escolas, referindo que na Escola da Quinta da Vala, chovia dentro de salas; sobre as transmissões em direto da Assembleia de Freguesia, disse haver questões a analisar, relativas à privacidade e proteção da dados, mas visto ter existido acordo de todas as Bancadas, caberia à Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, a sua implementação.

Respondendo ao Sr. João Mendes da Bancada da CDU, referiu as obras no Sobralinho, na Estrada da Graciosa e Rua das Amendoeiras; falou da morosidade das mesmas e dos problemas com a recolha do lixo, devido às dificuldades de circulação naquela área. Sobre os contentores em mau estado, proferiu que no Sobralinho já tinham sido substituídos um elevado número de contentores, e relativamente à lavagem dos mesmos, já tinha seguido informação para a Câmara Municipal.

Dando por terminada a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, pediu a palavra o Sr. José Chumbo, da Bancada do PS, que se dirigindo à mesa da Assembleia de Freguesia, disse que a mesma não conduzira corretamente a intervenção, dado que pela primeira vez, tinham sido dadas respostas a Moções e a Declarações Políticas, dizendo ainda que o Sr. Presidente não fora objetivo na sua intervenção e não respondera a todas as perguntas. Disse ainda que falara sobre a limpeza e a necessidade de publicitação nos vários meios ao dispor, dos acordos assinados sobre essa matéria entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, para bem da população.

O Sr. Rui Valadas, da Bancada do CDS, interveio dizendo que não entendeu se houve ou não uso particular de serviços da Junta no dia seis de setembro de dois mil e dezoito, e que a condução dos trabalhos por parte da Mesa da Assembleia não obedecera ao estipulado.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, disse que as práticas habituais não são o Regimento.

O Sr. Luís Carvalho da Bancada do PS, disse que a proposta da transmissão em direto das Assembleias de Freguesia, fora trazida pela sua bancada, pelo facto de já se ter passado um ano e nada ter sido tratado, tendo saudado a consonância entre todos, sobre esta matéria. Referindo a Moção da CDU, sobre a recolha do lixo, disse que falaria depois e que estranhava a informação dada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, sobre a demora da reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, tendo ainda referido que a Câmara faz recolha de lixos e não tratamento dos mesmos, sendo isso da competência da empresa Valorsul.

O Sr. António Sequeira da Bancada da CDU, em resposta à intervenção do Sr. José Chumbo do PS, sobre a má condução dos trabalhos da Assembleia, frisou que na primeira Assembleia deste Mandato tinham ocorrido situações irregulares, inclusive falou na intervenção do Sr. Presidente da Câmara e de um Vereador, não entendendo a polémica que estava neste momento a ser levantada. Referindo o documento "Ano Letivo 2018-2019" apresentado pelo Sr. Luís Carvalho do PS, disse que o mesmo não refletia a realidade e que a nível da educação havia muito a fazer.

A D.^a Manuela Santos da Bancada do PS, referiu o Regimento da Assembleia, dizendo que não se cumprira coisa nenhuma, o que lamentava.

Em resposta à intervenção do Sr. António Sequeira da CDU e sobre a tomada de posse, o Sr. José Chumbo, da Bancada do PS, disse ter havido realmente falhas na condução dos trabalhos, mas da parte da Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia.

Pr.
Mze
P

Seguiu-se a intervenção do Sr. Rui Valadas do CDS, que disse aceitar as explicações dadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, em termos gerais, mas relativamente à ocorrência do dia seis de setembro, na Av. Capitão Meleças, aguardava uma resposta posterior, com mais detalhes.

Referiu a questão do Sr. Presidente não ter iniciado a sua intervenção com as respostas ao público, e não ter qualquer lógica falar-se agora em tomadas de posse.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia voltou a intervir em resposta ao Sr. Rui Valadas da Bancada do CDS, dizendo que se encontrava de férias na altura da ocorrência, mas que tinha conhecimento que se tratava de um pedido feito pela APOGMA, para transporte de mobiliário e outros equipamentos, tendo tido conhecimento e dado autorização. Sobre os acordos de execução informou que os mesmos têm sido publicitados no site da Junta, com as devidas competências e verbas para consulta. Referiu que sobre a manga do parque infantil do avião, a situação ainda não está totalmente resolvida.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Pedro Ferreira dirigiu-se às bancadas dizendo que se iria passar às Moções.

Moção A – CDU “ É Urgente a Desbaratização e a Desratização na União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho “.

Da Bancada do PS interveio o Sr. João Baião, dizendo que a sua bancada iria votar favoravelmente na condição de ser aceite uma alteração no ponto 4º. Essa alteração teve a concordância da Bancada da CDU, conforme indicação do Sr. António Sequeira.

Não tendo havido mais intervenções, o Sr. Pedro Ferreira colocou a mesma a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

Moção B – “ Pela criação de uma estratégia local de redução do uso de plástico“

O Sr. Vítor Torres, da Bancada da CDU, informou que votariam a favor.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Pedro Ferreira colocou a mesma a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

Moção C – “ Pontos de Abastecimento Veículos Elétricos “

O Sr. António Sequeira da Bancada da CDU, iniciou a sua intervenção dizendo que iriam votar favoravelmente e que estas questões das energias renováveis, também tinham alguns contras, como o caso das baterias, que serão um dos problemas, num futuro próximo.

O Sr. João Fernandes da Bancada do BE, começou por dizer que no mandato anterior já tinha sido apresentada outra Moção, e que finalmente se verificava a instalação de um ponto de abastecimento no Concelho.

Por parte da Bancada da CM, o Sr. Pedro Alves congratulou-se por finalmente este assunto passar a ser uma realidade, mas lamentava o atraso verificado.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Pedro Ferreira pôs a mesma a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

Moção D – “Por uma recolha eficaz e responsável do lixo na União de Freguesias “

11.
Me
ff

Pediu a palavra o Sr. Luís Carvalho da Bancada do PS, que começou por dizer que a sua bancada iria votar contra. Disse não concordar com o documento no que referia à limpeza e manutenção das ilhas ecológicas não ser feita com regularidade; sobre a recolha dos monos, também discordava do documento, pois disse existirem dias específicos para esse serviço, que não eram cumpridos pelas pessoas. Terminou dizendo existir uma campanha de sensibilização junto da população, não concordando que a Junta de Freguesia imputasse a responsabilidade para a Câmara Municipal, sempre que lhe desse jeito.

Seguiu-se a intervenção do Sr. João Fernandes da Bancada do BE, que disse existirem campanhas de sensibilização junto da população, mas que havia sempre pessoas que adotavam comportamentos incorretos. Falou ainda que a Câmara Municipal tinha de cumprir com as suas competências, tendo que se ver se o que estava a ser feito, era ou não suficiente.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Pedro Ferreira colocou a mesma a votação, tendo sido **aprovada por maioria**.

O Sr. Pedro Ferreira usou da palavra, colocando à consideração das Bancadas, a Declaração Política do CDS; o Voto de Pesar da CDU “ Falecimento de Maria João da Conceição Ferreira “; o voto de Congratulação “ Futebol Clube de Alverca “ e a “ Proposta de Recomendação de Transmissão em Direto das Sessões da Assembleia de Freguesia “ do PS.

O Sr. José Chumbo da Bancada do PS, interveio dizendo que o Voto de Pesar e o Voto de Congratulação ao serem votados, iriam ambos em nome da Assembleia e não das Bancadas.

Não havendo mais intervenções foram **aprovados por unanimidade**.

O Sr. Pedro Ferreira deu como terminados os trabalhos antes da Ordem do Dia, passando ao ponto 1 da Ordem do Dia: - **Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia.**

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, dizendo estar disponível para questões que as bancadas quisessem colocar, tendo referido ainda que a Autarquia estava com uma situação financeira substancialmente estável, existindo um bom cumprimento na parte da receita e referindo a parte da despesa, expressou que algumas verbas não estavam ainda consideradas, devido aos trabalhos ainda não estarem concluídos.

Seguiu-se a intervenção das Bancadas, usando da palavra o Sr. José Chumbo do PS, que questionou sobre a reunião tida entre o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e os CTT, no dia dezoito de junho; sobre a 1ª. Ciclovia e via pedonal com ligação à margem sul; sobre o ponto da situação após reunião do Sr. Presidente com a Engª. Sofia Galhofas.

O Sr. Rui Valadas do CDS, usou da palavra e sobre a execução orçamental, referindo a parte da despesa, pediu esclarecimento sobre a rubrica “Outros serviços e investimentos”, querendo saber na generalidade, a que se referem.

A D.ª Rita Aleixo do BE, interveio sobre as obras da responsabilidade da Junta, solicitando informação sobre o que está projetado para local na Estrada Nacional 10, junto à passagem aérea para o jardim José Álvaro Vidal e Centro Comercial Parque.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que em resposta ao Sr. José Chumbo do PS, sobre a reunião tida com os CTT, disse haver muitas reclamações sobre o serviço prestado à população por esta entidade, manifestando

também o seu desagrado, tendo da parte dos CTT, ficado um compromisso de tentar minimizar esta situação com a admissão de pessoal para os serviços de distribuição. Informou haver dois funcionários da Junta a fazer exclusivamente serviço dos CTT, tendo de se rever esta situação.

Sobre a reunião com a Eng^a. Sofia Galhofas, informou que as obras de requalificação na Verdelha, que estão a ser feitas pela Câmara Municipal, fazem parte do projeto da ciclovia que terá início na Póvoa de Santa Iria e terminará naquele local.

Logo de seguida, em resposta ao Sr. Rui Valadas do CDS, e referindo a rúbrica : outros, disse que constam despesas com serviços pagos a motoristas da Câmara Municipal, máquinas, gratificados à PSP, entre outras, que ao longo do ano chegam a ser alguns milhares de euros; sugeriu o envio de um mail para informação mais detalhada; sobre o reforço de verba para 5.000,00 na rubrica - investimentos, disse ser destinado às iniciativas a realizar pela Assembleia de Freguesia.

Por fim e em resposta à D.^a Rita Aleixo do BE, disse que a área referida é de difícil acesso para limpeza e para não ficar com mau aspeto e ar desprezado, seria pavimentado e colocados uns pequenos arbustos e flores.

Não havendo mais intervenções das Bancadas, passou-se ao ponto 2 da Ordem do Dia : **Proposta de Alteração ao Regulamento de trânsito do Município de Vila Franca de Xira, Anexo Alverca. – Aprovação.**

Usou da palavra o Sr. Presidente do Executivo que referiu ser a 2^a proposta, tendo a 1^a. sido para a Urbanização da Malvarosa, Praça Eng^o. José Vaz e Praceta n^o 1- estacionamento abusivo; falou que era necessário regulamentar o sinal já existente, que não constava no Regulamento de Trânsito e fez referência à sugestão feita pelo Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal, de colocação de pilaretes no lado esquerdo da Praceta, a fim de vedar o acesso.

Acrescentou que no lado direito da Praceta, o acesso seria só para veículos prioritários e de emergência bem como os da Autarquia, para serviço no local.

Pela Bancada do PS, usou da palavra o Sr. José Chumbo que disse nada ter contra a sugestão feita pela Câmara Municipal, mas que lamentava o facto de haver uma Comissão de Trânsito, e da parte da Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, nunca ter chegado informação dessa proposta, até à presente data.

O Sr. Pedro Alves da Bancada da CM, interveio dizendo que considerava esta proposta de alteração importante e congratulou-se por na mesma constar o acesso a viaturas de emergência.

Já o Sr. João Fernandes da Bancada do BE, começou por dizer que era a 2^a vez que se procedia a alterações no Regulamento de Trânsito e que concordava com as alterações referidas. Sobre a Praceta 2 que não constava nestas alterações, disse que seria também uma mais-valia, pois os problemas existentes são semelhantes aos da Praceta 1. Disse ainda que o fecho da Praceta 2 com pilaretes para vedar o acesso, seria uma salvaguarda não só para os peões, como acabaria também com o estacionamento abusivo. Solicitou ainda informação sobre a auscultação aos residentes sobre estas alterações e pediu explicação sobre a não inclusão da Praceta 2 neste documento.

O Sr. Rui Valadas da Bancada do CDS, usou da palavra dizendo concordar com a intervenção do Sr. João Fernandes, reforçando a necessidade de haver da parte das forças de segurança uma intervenção mais ativa, para cumprimento das regras.

O Sr. Presidente do Executivo, em resposta ao Sr. José Chumbo da Bancada do PS, disse que o Executivo tinha a obrigação de enviar estas questões para a Assembleia de Freguesia, e seria depois a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia a dar seguimento para a Comissão de Trânsito, que foi o que fez e não tendo obtido

11.
M
P

qualquer resposta, disse que o melhor seria começar a ser feito encaminhamento direto para a Comissão.

Em resposta ao Sr. João Fernandes da Bancada do BE, disse desconhecer que na Praceta 2 se estivesse a passar situação semelhante à da Praceta 1, mas que seria uma situação a analisar, e que iria reforçar o pedido junto das autoridades para uma vigilância mais atenta, pois tinha conhecimento que na Rua João Mantas, se verificavam entradas não autorizadas, quando o acesso só é permitido a residentes, não estando a ser cumprida a vigilância, por parte da PSP.

O Sr. João Fernandes da Bancada do BE, voltou a usar da palavra, tendo dito que o problema da Praceta 2 não é tão crítico como o da praceta 1, simplesmente por não haver um fluxo de tráfego tão elevado.

Não havendo mais intervenções por parte das Bancadas, o ponto foi posto a votação, sendo **aprovado por unanimidade**.

Passou-se ao ponto 3 da Ordem do Dia – **2ª. Revisão Orçamental – Aprovação**.

O Senhor Presidente do Executivo, disse que iria passar a palavra ao Sr. Tesoureiro, para explanar este ponto.

Logo de seguida, usou da palavra o Sr. Tesoureiro que iniciou a sua intervenção, referindo o nome da D.ª Maria João Ferreira. Começou por dizer que houve princípio de equilíbrio orçamental, mas devido à entrada de receitas extra do IEF, bem como acordos de execução e contratos inter-administrativos, houve a necessidade de fazer esta revisão a fim de se poder carregar estas verbas.

Foi dada a palavra às Bancadas, tendo intervindo o Sr. José Chumbo da Bancada do PS, que solicitou várias explicações sobre alterações de valores em diversas Rubricas, dizendo haver um aumento da despesa e corte no investimento. Disse pretender ser também esclarecido sobre a “Rubrica de Pessoal” em qualquer outra situação, e que em conformidade com pedido feito pelo Sr. Rui Valadas, também queria receber informação mais detalhada por mail.

Voltou a pedir a palavra o Sr. Rui Valadas da Bancada do CDS, dizendo que esta proposta levantava várias questões e pretendia mais informação sobre a alteração de verbas em várias Rúbricas. Referiu a “Rubrica de Formação Profissional”, dizendo que tinha sido retirada verba, pelo que faria chegar requerimento à mesa, no sentido de ser informado posteriormente com mais detalhe, não só sobre esta situação, como outras alterações verificadas em “Rubricas de Investimento”. Finalizou a sua intervenção mencionando que o valor para segurança e higiene no trabalho, era nulo.

Logo de seguida interveio o Sr. Pedro Alves da Bancada da CM, que disse esperar que as alterações que tinham sido feitas, trouxessem mais-valias, e que as verbas deslocalizadas servissem para resolver assuntos de carácter relevante na Freguesia.

Em resposta às Bancadas, usou da palavra o Sr. Presidente do Executivo que iniciou dizendo não haver desinvestimento, mas sim opções, daí a deslocalização de verbas em várias Rúbricas. Sobre o cemitério, informou que devido à opção cada vez mais corrente de cremação, verificou-se uma queda acentuada na receita; sobre as obras no parque do Sobralinho, disse ter sido retirada verba, porque a Junta de Freguesia não se considera responsável, nem vai assumir os valores que foram apresentados; referindo o aumento de verba na “Rubrica de Cemitério”, disse que se prendia com a necessidade de levar a efeito alguns arranjos. Na sinalização, explicou não haver desinvestimento, até porque as repinturas no pavimento, iriam ser efetuadas com mão de obra da Junta de Freguesia.

11.
MJC
A

Sobre a “Rubrica de Pessoal em qualquer outra situação” falou do reforço na receita proveniente do IEFP, e sobre a “Rubrica de Pessoal”, disse que a deslocalização de verba, se deve a contratos de trabalho a termo certo que irão cessar, referindo serem cinco funcionários que irão passar para o quadro, a fim de se poder ter mão de obra suficiente.

Falou na intenção de compra de uma varredora aspiradora, e referindo a “Rubrica da Formação”, disse ter sido necessário deslocalizar verba para contratação de um serviço de medicina de trabalho curativa, com análises clínicas com alguma regularidade e algum controle a nível de saúde, tendo referido a situação ocorrida recentemente com dois funcionários que tiveram de ser hospitalizados, com graves problemas de saúde. Preferiu que pretenda de alguma maneira, que este novo serviço evite situações idênticas no futuro e que pensa ser uma mais-valia para os funcionários.

Referiu também a implementação do novo Regulamento de Proteção de Dados, onde estava cativa uma verba no montante de 15.000,00€ mas, após análise mais detalhada, verificou-se não ser necessário a totalidade dessa verba, daí ter sido deslocalizado o valor de 5.000, 00€.

O Sr. Rui Valadas da Bancada do CDS, interveio dizendo que iria fazer chegar um pedido à Junta de Freguesia, sobre a questão da formação profissional.

Não havendo mais intervenções por parte das Bancadas, o ponto foi posto a votação, sendo **aprovado por maioria, com sete votos a favor e doze abstenções.**

Seguiu-se o ponto 4 da Ordem do Dia – **Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo – Aprovação.**

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia interveio dizendo que este documento vinha regular a forma como iriam ser efetuados os apoios ao Movimento Associativo; informou que após uma inspeção na Junta de Freguesia, ficou um alerta para a inexistência de um Regulamento, não sendo possível a continuação dos apoios sem a formalização deste documento. Referiu que entre os anos 2012 e 2017, existiram alterações a nível da legislação, daí a necessidade de se proceder à elaboração de um novo Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, enquadrado em legislação atual. Referiu que o documento fora submetido a apreciação pública, mediante publicação em Edital e também enviado por mail ao Movimento Associativo, não tendo sido recebida qualquer proposta para alteração ao mesmo, pelo que vinha a esta Assembleia de Freguesia para discussão.

Foi dada a palavra às Bancadas, intervindo o Sr. Rui Valadas da Bancada do CDS, que disse ser positivo e necessário reformular o Regulamento para clarificação e transparência dos processos, contudo não estava de acordo com o modo de formulação do mesmo, até porque na Assembleia de 20 de abril de 2018, a sua Bancada apresentara uma Moção para a criação de uma Comissão de Cultura e Desporto, que fora aprovada por unanimidade e que trabalharia em conjunto na criação desse documento, mas a referida Comissão ainda não fora criada.

Sobre o conteúdo do documento e referindo o **artigo 10º “Critérios de Atribuição”** disse haver alterações relativas ao documento anteriormente recebido, não concordando com o **nº 3** deste artigo “A valoração do peso de cada um dos critérios ser feito pela Junta de Freguesia sem direito a reclamação”. Referiu também o **nº 2 do artigo 12º “Publicidades e Contrapartidas”**, não entendendo a verba de 700,00€, constante no mesmo. Finalizou a intervenção dizendo que não concordava com esta proposta de Regulamento.

PR.
MRF
FF

Seguidamente usou da palavra o Sr. Pedro Alves da Bancada da CM, dizendo ser importante existir um regulamento para a atribuição de verbas às Associações, mas referindo o **artigo 10º “Critérios de Atribuição”**, disse que tinha de haver alguém para avaliar, que havia falta de objetividade e que o documento estava algo subjetivo. Interrogou-se sobre como se quantificava a qualidade. Referiu ainda o **artigo 11º “Contratos Programa”**, dizendo ter dúvidas neste ponto, nomeadamente os apoios acima dos 800,00€.

O Sr. João Fernandes da Bancada do BE disse parecer positivo o referido documento e que regular a prática de apoio ao Movimento Associativo era essencial e devia ser feito até por uma questão de transparência, de acordo com o que já tinha dito o Sr. Rui Valadas. Referiu ser necessário ver melhor a questão dos critérios e perguntou sobre o período de consulta pública, em que moldes fora feita, pois não tivera acesso à divulgação. Sobre o **artigo 2º “Destinatários”**, referindo-se aos atletas de alto rendimento, disse esperar que os atletas paralímpicos estivessem incluídos e com o mesmo apoio.

Seguiu-se a intervenção do Sr. José Chumbo da Bancada do PS, que começou por dizer que o Sr. Rui Valadas já tinha focado os pontos essenciais. Referiu o **artigo 10º**, dizendo que os critérios de atribuição não estavam definidos e eram subjetivos, não entendendo como se iriam dar subsídios a associações fora da freguesia, quando as verbas já eram curtas, e que este ponto poderia condicionar a atividade do movimento associativo. Acrescentou que o regulamento estava muito confuso, não refletindo o que já tinha sido publicitado anteriormente. Sobre o **ponto 3º**, discordava da Junta de Freguesia não aceitar reclamação, o que revelava alguma ingerência do Executivo no movimento associativo.

Usou da palavra o Sr. Vítor Torres da Bancada da CDU, dizendo existir a necessidade de um regulamento, considerando de um modo geral haver objetividade no mesmo, mas não concordando com os critérios de atribuição e o **ponto 3º**, “**Sem direito a Reclamação**”.

Voltou a intervir o Sr. José Chumbo da Bancada do PS, que disse não ir corrigir um erro com outro erro, e que para votar uma proposta tem de haver capacidade para avaliar, sendo assim a sua Bancada é contra a forma como este regulamento está escrito.

Interveio a D.^a Clara Negrinho da Bancada do PS, dizendo que todo o regulamento era subjetivo, e que se houve erros no passado, estava na altura de os corrigir, para uma maior transparência.

O Sr. Pedro Alves da Bancada da CM, referiu concordar com a intervenção da D.^a Clara Negrinho, tendo de haver alguma definição, de como se quantificava e de como se avaliava qualidade. Disse ainda, que as pessoas não eram medidas em valores, mas sim em capacidades e conhecimento, e que os critérios daquele regulamento não estavam bem definidos.

O Sr. João Fernandes da Bancada do BE, disse ser contra a alínea “**Sem direito a Reclamação**”, e visto todas as Bancadas terem sido unânimes nesta questão, o Executivo teria de a rever.

Interveio o Sr. António Sequeira da Bancada da CDU, dizendo existir necessidade de rever a questão de não se poder contestar e que as Associações são um aspeto central, havendo que permitir a reclamação.

PP.
HGF
A

Terminadas as intervenções das Bancadas, o Sr. Presidente do Executivo tomou a palavra dizendo que o Movimento Associativo fora ouvido, tendo-lhes sido enviado o regulamento e não tendo existido qualquer proposta de alteração. Referiu a existência de uma tabela de ponderação que, por lapso, não fora anexa ao regulamento, pelo que, onde se lia “Sem direito a Reclamação”, referia-se a essa mesma tabela. Acrescentou que o Executivo não poderia interferir na atribuição dos subsídios.

Sobre os contratos programa, disse que as entidades que realizarem esses mesmos contratos com a Junta de Freguesia, em caso de a Junta de Freguesia necessitar de uma atuação, não terá de pagar qualquer verba excedente, daí a referência que aparece da verba, até 700,00€ uma atuação e até 800,00€ duas atuações.

Esclareceu que os apoios serão feitos em contratos programa, definindo-se um valor limite para o mesmo âmbito, independentemente da Associação.

Falando do ponto 3, disse que o mesmo, sem a tabela anexa, estava completamente fora do âmbito.

Usou da palavra o Sr. José Chumbo da Bancada do PS, dizendo que as verbas mencionadas no documento, não refletiam a informação anterior que era de 500,00€, tendo sido agora alteradas para 700,00€ e 800,00€.

Em resposta, interveio de novo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que informou ter existido um reforço de verba ao movimento associativo, daí aquela alteração.

Informou que o objetivo era a necessidade legal de haver um regulamento entre a Junta de Freguesia e o Movimento Associativo.

O Sr. João Baião da Bancada do PS, confirmou a informação dada pelo Sr. Presidente do Executivo, mas disse existirem alterações nessa proposta que não constavam no documento que recebera para análise, referindo não constar a informação de ter qualquer anexo.

O Sr. João Fernandes da Bancada do BE, usou da palavra dizendo que não estavam reunidas as condições para se votar aquele documento.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia interveio dizendo que iria retirar o documento, pois o que tinha sido enviado era uma proposta de trabalho, que por lapso não seguira com o anexo e que na próxima Assembleia de Freguesia, aquele documento viria para ser analisado. Finalizou dizendo que esperava contributos para beneficiação e melhoramento do referido documento.

O Sr. Vítor Torres da Bancada da CDU, disse que o ponto devia ser retirado e levado à próxima Assembleia de Freguesia.

O Sr. João Baião da Bancada do PS, referiu que o Movimento Associativo fora ouvido na proposta do Regulamento, não no documento apresentado, falando também no agendamento de uma reunião sobre aquele assunto com todas as Bancadas, para agilizar a questão.

O Sr. Rui Valadas da Bancada do CDS, disse que havia que reformular alguns pontos e chegar a um consenso entre todos.

O Sr. Pedro Alves da Bancada da CM, disse que o debate deste ponto 4, fora produtivo, não havendo mais nada de relevante.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia voltou a intervir dizendo que iria convocar os Líderes de Bancada para uma reunião, a fim de dar andamento aquela situação, de modo a proceder-se às alterações ao texto e a artigos, refazendo todo o processo.

O Sr. Pedro Ferreira, na qualidade de Presidente em Exercício, solicitou à D.^a Maria Fernanda Neves Dias Comenda, primeira secretária, que lesse a ata minuta nº 7, a qual foi votada e aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia em Exercício, agradeceu a presença de todos e ao Centro Social de À-dos-Melros, pela cedência das instalações, encerrando de seguida a sessão.

O Presidente da Assembleia em Exercício

Pedro Ferreira

A Primeira Secretária

Maria Fernanda N. Dias Comenda

O Segundo Secretário

Fago Batista Jacobinho